

Cultura, Identidade e Gênero: Tecendo a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia¹

Valéria Marques Tavares de Menezes Ettinger, Guilhardes Jesus Júnior, Aline Maron Setenta e Aniran Lins Cavalcante

Resumo

Este trabalho pretende refletir sobre a formação da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia e o seu papel na vida das mulheres que a compõem. Para tanto, o trabalho é dividido em três partes, sendo que a primeira demonstra a influência dos componentes culturais como vetores na formação e ressignificação da identidade gênero. A segunda retrata a construção da identidade feminina no curso da história. A terceira explicita a trajetória de luta das mulheres marisqueiras e pescadoras, dando ênfase à história do coletivo Rede de Mulheres da RESEX de Canavieiras. Buscou-se, como caminho de construção, a revisão da literatura existente, para contribuir com o embasamento teórico a respeito dos temas cultura, identidade de gênero e movimentos de mulheres, recorrendo, inclusive, aos relatórios da Rede, elaborados para o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM (ONU Mulheres). Na pesquisa exploratória, foi realizada uma oficina com um grupo de 10 lideranças que compõem a Rede de Mulheres com o intuito de conhecê-las, levantar as perspectivas futuras da Rede e delinear, de forma participativa, quais os caminhos futuros a serem percorridos pelo coletivo.

Palavras-chave

Identidade. Gênero. Rede.

Abstract

This paper aims to reflect upon the formation of Women's Network in Extractive and Fishing Communities in Southern Bahia and its role in the lives of the women who compose it. The work is divided into three parts. The first one shows the influence of cultural components as vectors in the formation and ressignification of gender identity. The second depicts the construction of female identity within the course of history. The third part explains the history of fisherwomen, emphasizing the history of collective RESEX Women's Network in Canavieiras. As a building a path, we reviewed the existing literature to contribute to the theoretical basis of

the themes culture, gender, identity, and women's movements, even using the reports of the network prepared for the United Nations Development Fund for Women. For the exploratory survey, a workshop was conducted with a group of 10 leaders, who make up the Women's Network in order to get to know them, raise the prospects of the network and outline, in a participatory manner, future directions to be followed by the collective.

Keywords Identity. Gender. Network.

INTRODUÇÃO

A figura humana é um ser integral que se forma por inúmeras necessidades, algumas ditas universais, mas, mesmo sendo, podem se manifestar ou se caracterizar de forma variada. É o que Morin (2011, p. 26) chamou de “*imprinting* cultural”, são os mapas cognitivos que vão se formando nos seres humanos desde o nascimento, sob a influência dos valores genéticos, familiares e de todos os grupos sociais nos quais o homem vier a se inserir.

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada (LARAIA, 2011, p. 19-20).

Não obstante, com o reconhecimento dessa integralidade humana, historicamente, os grupos sociais foram se formando, construindo seus estigmas, seus dogmas, seus modelos comportamentais, suas identidades, desenvolvendo sua cultura e o modo de se entender e de se manter no mundo, por meio de um processo dinâmico e reconstrutor. Esse processo não é, exclusivamente, fruto da sua mecânica evolutiva ou das influências hereditárias; ele se constrói a partir de um interminável processo de acumulação, por meio do contato e das trocas com culturas diversas, por isso que todos os sistemas culturais estão em contínuo processo de modificação.

Com esse conteúdo acumulado, o homem vai tecendo os significados do processo de apreensão, transformando-os em valores e ideias, os quais podem se tornar verdades, podem fluir por vários entendimentos e podem ser alvo das resistências, as quais são responsáveis pela dinâmica dos traços e traçados culturais. A cultura é o resultado de interpretações que o homem faz ao longo de sua vida, pelo que lhe foi dito, pelo que é observado e pelo que é sentido, daí a inexistência de uma pureza cultural ou de culturas lineares (GEERTZ, 1989, p. 15).

Se a constituição da identidade sofre influência de diversos fatores, dentre eles os históricos, então, à medida que eles vão variando, o sujeito poderá assumir identidades diferentes, em

diferentes momentos, principalmente, quando o seu contexto for influenciado pela conexão de culturas diversas.

Seguindo esta ideia, algumas sociedades foram estabelecendo papéis e funções diferenciadas para o homem e para a mulher, dando maior valor às funções ditas masculinas. Esse processo segregativo e estigmatizado formou uma cultura de invisibilidade das mulheres, levando a maioria delas a aceitar que não tinham importância no processo de construção e de desenvolvimento do seu grupo social.

Por meio dessa crença, as mulheres condicionaram a sua vida a partir das características de um gênero em detrimento do outro, estabelecendo uma relação de submissão e sujeição ao que estava imposto e o que lhes era obrigado. Desta maneira, a mulher compreendeu-se a partir do viés do dominador, por um processo de incorporação de sua verdade, a qual irá compor e conduzir todas as representações sociais, levando a mulher a ser dependente da vontade dos seus donos, constituídos nas figuras do pai, irmão, marido ou filho mais velho, valores que foram transmitidos por gerações, tornando-se um padrão a ser repetido.

Como exemplo, temos o Brasil, país de colonização predominantemente europeia, fortemente influenciada pelos valores greco-romanos, sustentados pelos princípios eclesiásticos, no qual a submissão da mulher se configurou como traço cultural marcante, inclusive, chancelada pela Legislação, a qual, dentre outras coisas, instituiu o pátrio poder familiar, a exclusividade do voto para o sexo masculino, o crime de sedução de “mulher honesta”, o reconhecimento da legítima defesa da honra em caso de adultério feminino. Nesse contexto, as mulheres no Brasil convivem até os dias de hoje com toda espécie de violação de direitos, notadamente a violência doméstica, a qual é um desafio da sociedade brasileira, objeto de legislação específica, a Lei Maria da Penha, conceituando os casos de violência doméstica e designando as medidas protetivas para a ofendida.

O Estado da Bahia não foge a essa regra, principalmente em função dos traços culturais de dominação masculina serem mais fortes na Região Nordeste do Brasil. Distingue-se de forma especial a região sul da Bahia, a qual tem sido marcada pelo histórico patrimonialista e patriarcal de tradição conservadora. A partir da década de 80 (século XX), essa região foi tomada por bolsões de miséria e seus municípios assistiram à degradação da malha social em suas zonas urbana e rural. Com isso, ocorreu um considerável aumento do desemprego, do consumo de álcool e de entorpecentes, estimulando práticas atentatórias à dignidade da mulher, a exemplo da prostituição infantil e do turismo sexual.

Muitos desses municípios tinham como fonte econômica a “monocultura do cacau”, a qual perdeu sua força com a praga da “Vassoura de Bruxa”, resultando na emergência de novas atividades produtivas, tais como a extração de mariscos e a pesca artesanal. Pode-se citar a cidade de Canavieiras, influenciada por essa nova perspectiva econômica, principalmente, por estar inserida em uma grande área marítima e de manguezal, compreendendo um espaço laborativo, de sobrevivência e identitário para sua comunidade, evidenciando aqueles que estão diretamente ligados às atividades pesqueira e extrativista.

Como esse *locus* se constitui em um espaço de importância histórica, cultural e econômica

para a população de pescadores e extrativistas, eles perceberam a necessidade de preservar o ecossistema local da pesca e extração predatória, bem como da especulação imobiliária, versada no turismo, o qual despontava na região. Após muitas reivindicações, no ano de 2006, por meio de um decreto presidencial, é implantada a Reserva Extrativista de Canavieiras – RESEX².

Figura 1 - Comunidade de Campinhos – RESEX de Canavieiras



Fonte: Acervo do autor.

A RESEX, além de proteger o ecossistema local, tem dado uma melhor condição de trabalho à comunidade pesqueira e extrativista, refletindo, positivamente, na vida das famílias assistidas. Todavia, percebe-se que, no contexto das relações de gênero, ainda há um forte apelo à figura masculina, como autor principal das atividades produtivas, ficando a mulher em situação secundária e, muitas vezes, sem as proteções legais decorrentes das atividades, mesmo estando muitas dessas mulheres no exercício da pesca e da extração dos mariscos, bem como na chefia de suas famílias. Essa situação reforça a existência histórica das diferenças entre os homens e as mulheres, colocando estas em uma condição de inferioridade.

Como reação a essa realidade, tem-se verificado movimentos de mobilização de mulheres em torno de objetivos comuns, notadamente vinculados a cadeias produtivas (extrativistas, artesãs, pescadoras etc.) ou por motivação identitária (mulheres rurais, da floresta, das águas etc.), unindo-se numa teia complexa de relações entre si e entre seus parceiros domésticos (maridos e companheiros) e institucionais (associações, governos, redes). Um exemplo desta nova configuração é a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia, a qual tem sua gênese na reivindicação e na consolidação da Reserva Extrativista

de Canavieiras, o que favoreceu seu processo de emancipação e empoderamento social com enfoque de gênero.

A Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia surgiu em 2009 com a união das pescadoras e marisqueiras da região sul da Bahia com o intuito de dar visibilidade às demandas e às necessidades do grupo, bem como valorizar a atividade extrativista e pesqueira desempenhada por mulheres residentes nas comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras e seu entorno. Em verdade, sua gênese confunde-se com as lutas para implantação e consolidação da Unidade de Conservação.

Este trabalho pretende refletir sobre a formação da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pesqueiras do Sul da Bahia e o seu papel na vida das mulheres que a compõem. Para tanto, o trabalho é dividido em três partes, sendo que a primeira demonstra a influência dos componentes culturais como vetores na formação e ressignificação da identidade gênero. A segunda retrata a construção da identidade feminina no curso da história, tendo como parâmetro os movimentos de mulheres dos séculos XIX e XX, até se chegar à realidade das mulheres atuais. A terceira explicita a trajetória de luta das mulheres marisqueiras e pescadoras, dando ênfase à história do coletivo Rede de Mulheres da RESEX de Canavieiras, retratando, pontualmente, a vida de suas associadas. Tal discussão torna-se relevante na medida em que essa experiência coletiva sirva de modelo para outras realidades semelhantes e um caminho para a autonomia feminina.

Figura 2 - Vivência de Integração Oficina



Fonte: Acervo do autor.

Buscou-se, como caminho de construção, a revisão da literatura existente, para contribuir com o embasamento teórico a respeito dos temas cultura, identidade de gênero e movimentos de mulheres, recorrendo, inclusive, aos relatórios da Rede, elaborados para o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM (ONU Mulheres). Na

pesquisa exploratória, foi realizada uma oficina com um grupo de 10 lideranças que compõem a Rede de Mulheres com o intuito de conhecê-las, levantar as perspectivas futuras da Rede e delinear, de forma participativa, quais os caminhos futuros a serem percorridos pelo coletivo.

A oficina foi mediada por mestrandos do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/UFBA). Para análise dos contextos interno e externo e identificação dos elementos que poderiam vir a influenciar positivamente ou negativamente o desenvolvimento da rede, foi adotada a técnica de SWOT, ferramenta do planejamento estratégico que possibilita a análise de cenário ou ambiente. A sigla SWOT origina-se da língua inglesa, tendo sentido acrônimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), em português conhecida na área da Administração como “FOFA”.

Figura 3 - Oficina “Pensando Indústrias Criativas”



Fonte: Acervo do autor.

CULTURA E IDENTIDADE

O homem é dotado de valores, os quais são o conjunto de apreensões e compreensões dos saberes, das crenças, das leis, da moral, dos costumes, dos componentes hereditários e de todos os signos capazes de conduzi-lo em sua vida (MORIN, 2011, p. 51). Esse fenômeno resume-se na palavra Cultura, definida por Edward Tylor (1871 *apud* LARAIA, 2011, p. 25) da seguinte forma: “[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Por isso, MORIN (2011, p. 47) afirma que o homem é o único ser possuidor de cultura e por ela que ele se

diferencia dos primatas e, assim, se realiza como ser biológico e social.

O homem é um componente da sociedade, esta nasce para ele e ambos se entrelaçam para construir a história dos seres e tecer suas relações na busca de uma convivência harmônica. “É a cultura e a sociedade que garantem a realização dos indivíduos, e são as interações entre indivíduos que permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade” (MORIN, 2011, p. 49).

No entanto, essas apreensões culturais não permanecem no seu formato embrionário, pois, ao serem compartilhadas, sofrerão transformações decorrentes das misturas, as quais influenciarão o indivíduo no seu presente e no seu futuro, levando-o a promover alterações no seu cotidiano e no modo de enxergar a vida e seus contextos (LARAIA, 2011, p. 45). Por isso não existir um padrão cultural ideal que impere como verdade absoluta, inclusive, em um mesmo sistema social (LARAIA, 2011, p. 15-16). Assim, infere o referido autor (2011, p. 45):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.

Ora, se a cultura organiza e constrói o pilar de uma sociedade, ela também define os valores e os padrões da vida e das relações entre seus membros, então, pode-se afirmar que as diferenças entre o gênero masculino e o feminino não foram condicionadas pelas distinções biológicas, mas por variáveis culturais. “A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica” (LARAIA, 2011, p. 19).

Todo esse simbolismo estabelecido pelas crenças e pelos fundamentos predominantes, “depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo” (LARAIA, 2011, p. 71) e que serão responsáveis pela modelagem identitária do sujeito. Nesse diapasão, o homem vai moldando a sua identidade individual e coletiva, pelas influências sociais, pelo convívio com seus pares, bem como por meio do reconhecimento do outro. Daí ter-se na história da humanidade não só civilizações que definem o papel dos gêneros de forma bastante variada, bem como esse olhar ser diverso dentro dos grupos que compõem uma mesma sociedade.

Assim, por meio dessa diversidade, a identidade de gênero foi-se construindo e estabelecendo uma semântica em conformidade com os padrões e as forças dominantes em cada agrupamento social.

IDENTIDADE DE GÊNERO

A identidade é o meio pelo qual o homem se reconhece e é reconhecido pelo mundo. Essa identificação tanto ocorre por laços sanguíneos e hereditários quanto por assimilações de valores e crenças, os quais irão compor o modo de ser e de viver deste homem. No entanto, a identidade do indivíduo não é estanque, pois ela se evidencia em um processo contínuo de redefinição, invenção e reinvenção do sujeito enquanto ser social.

Segundo Bauman, a identidade é um elemento humano que hiberna, enquanto não ocorra um fato que promova um surto de questionamento sobre a sua existência. Assim, ele diz: “A questão da identidade só surge com a exposição a “comunidades de destino”, e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a ‘comunidade fundida por ideias’ a que se é exposto em nosso mundo de diversidade policultural” (BAUMAN, 2005, p. 17).

É nesse processo de reconhecimento de si mesmo e de quem é, enquanto ser social, que o homem assimila significados – hereditários, vivenciais ou impositivos –, os quais se transformam em crenças e mitos e, por meio desses, estabelecem a diretriz, mesmo que temporária, do ser humano no mundo e promovem a sensação de pertença. Quando isso acontece, o indivíduo percebe-se como um ser coletivo, membro de um grupo, de uma comunidade ou de uma nação.

Então, pode-se afirmar que identidade seria o resultado do reconhecimento que o indivíduo faz de si mesmo e da experiência de um povo, o qual é composto de diversos saberes, significados, entendimentos e interpretações, dando a conotação de uma multiplicidade de identidades, conforme expõe CASTELLS (2012, p. 23):

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em uma visão de tempo/espço (CASTELLS, 2012, p. 23).

Segundo Castells (2010, p. 22-23), a identidade pode ser reconhecida de duas maneiras: a primeira como fonte primária dos próprios atores, a qual é construída por meio de um processo de individuação, e a segunda quando os atores internalizam a premissa identitária, influenciada por uma concepção dominante. Nesse segundo aspecto, o entendimento de um fator estará permeado por uma ideologia, fortalecendo a figura de dominação, a qual, para manter-se forte, iniciará um massacre físico e, muitas vezes, ideológico, por meio de “uma violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (BOURDIEU, 2002, p. 7), que se processa por meio da comunicação, da persuasão, do sentimento e do desconhecimento de si mesmo. O dominador empreende todas as ações possíveis contra o ser diferente, com a tentativa vã de cristalizar o seu valor e sua dominação, como se o homem fosse capaz de viver dentro de uma jaula por toda uma vida.

Verifica-se, então, que a dominação do masculino sobre o feminino também é imposta “pela desvalorização daquilo que é diferente” (ECCEL; ALCADIPANI, 2012, p. 56), dentro de uma ordem subjetivamente constituída. Ela é produzida, neste caso, através das expectativas de condutas desejadas socialmente para o homem e a mulher. É assim a identidade soberana vai se condensando pela massificação do aparelhamento de dominação, pela aceitação do padrão hegemônico e pela imitação desse padrão com o fim de ser aceito socialmente.

Nessa perspectiva, as mulheres, por causa da crença dominante, acreditavam terem nascido apenas para servir o homem, procriar e cuidar da família. Contudo, essa condição obscura e submissa da mulher não foi uma constante na história, pois, antes da fixação dos valores patriarcais, vivia-se, nos primórdios, em sociedades de matriz matriarcal, consubstanciadas na procriação como fator principal para a formação dos seios comunitários. Nessas sociedades, não se compreendia que o homem fosse participante na reprodução feminina, o que não gerava para ele um vínculo afetivo e de poder sobre aquela prole.

Como todo sistema matriarcal, não existia estrutura familiar como a conhecemos hoje. A ideia de casal era desconhecida. Cada mulher pertencia a todos os homens e cada homem pertencia a todas as mulheres. As crianças consideravam a todos como pais e mães. A divisão dos subgrupos da comunidade era feita por meio da origem materna. O pouco que se conhecia como família era de descendência materna; a paternidade era totalmente ignorada (ROCHA, 2009, p. 42).

Nesse período, as diferenças eram resolvidas por meio da força física ou das condições biológicas, no entanto, “o mistério da procriação protegia a liderança feminina e preservava o sistema matriarcal” (ROCHA, 2009, p. 43). E assim, os homens e as mulheres completavam-se, viviam harmonicamente e mantinham-se ligados em virtude das necessidades fisiológicas.

A deusa-mãe reinou absoluta por todo o planeta desde o fim do período paleolítico até o início da idade do bronze. [...] O sexo feminino era reverenciado por sua capacidade de reprodução e total desconhecimento do papel do homem na concepção. A subjugação, a subserviência, a punição e a destruição não marcaram presença no reinado dessa deusa. [...] A comunhão entre homens, mulheres e natureza marcou a pré-história. Apesar de as mulheres representarem papéis predominantes em todos os aspectos da pré-história, não havia sinais de que a posição dos homens fosse de subordinação ao sexo feminino (ROCHA, 2009, p. 45).

Todavia, o sistema de dominação masculina iniciou-se quando o homem percebeu a sua importância no processo reprodutivo, bem como quando se estabeleceu os meios não-naturais para a produção de alimentos, como exemplo: o arado e a domesticação de animais, pois estas atividades precisavam da força física masculina para funcionar e para serem conduzidas. Desde então, a força do macho foi potencializada como necessária à subsistência da família, restando para a mulher apenas as funções domésticas e os cuidados com a prole (LINS, 2011, s/p). “O homem tornou-se autoritário e arrogante; de parceiro igualitário, transformou-se em opressor” (ROCHA, 2009, p. 46).

Iniciou-se, então, a era do patriarcado, regime social em que o patriarca exerce autoridade preponderante sobre suas propriedades. As regras de descendência eram patrilineares; os casamentos, patrilocais; a herança e a sucessão, determinadas pelo lado masculino e a mulher, de companheira, passou a ser a propriedade mais valiosa do seu homem (ROCHA, 2009, p. 46).

Essa nova formatação das relações familiares intensifica-se quando o homem agrega valor aos resultados do seu trabalho, o que faz surgir uma nova cultura nas relações de gênero, pois, enquanto a mulher ficava em casa cuidando da prole, o homem tornava-se o grande provedor da família, gerando um sentimento de poder e força sob aqueles que dependiam dele (ENGELS, 2002, p. 75).

Outro fator importante que vem a caracterizar o processo de submissão nas relações de gênero é a questão da manutenção da propriedade, a qual deveria permanecer na família do varão, ou seja, legados aos descendentes homens. Esse processo só seria garantido se houvesse um único homem que fosse o único copulador e, para isso, a mulher deveria estar sob sua total vigilância e comando (ENGELS, 2002, p. 76). Essa concepção da mulher submissa e inferior foi sustentada por toda história antiga, servindo, inclusive, de base para os dogmas cristãos, os quais estigmatizavam as mulheres que fugiam do padrão de submissão, considerando-as infames e as que tivessem um pouco mais de ousadia eram taxadas como bruxas, perseguidas e mortas. O reconhecimento dessa identidade pela mulher torna-se um componente natural no imaginário feminino e, por estar enraizado nos grupos sociais, era transmitido por gerações, ratificando a ideia de que os processos culturais também são reproduções históricas e hereditárias.

No entanto, percebe-se que a manutenção de uma visão de mundo, de comportamento e de condição não é perpétua, pois novos olhares, novas possibilidades e novos fatores internos e externos podem desencadear rupturas com o *status quo* e promover um novo modo de ser e de viver. É assim que as identidades culturais, sejam elas individuais ou coletivas, vão se alterando e promovendo um novo comando social.

É por isso que o homem jamais conseguirá viver encarcerado física ou mentalmente e o desequilíbrio promovido pelas fixações abrirá caminhos para os rancores, a resistência e a luta por transformações. Essas atitudes gerarão comportamentos contrafóbicos dos dominantes para manterem sua dominação, bem como dos dominados, na tentativa de sair da submissão e emergir para o campo da igualdade ou, até mesmo, para conquistar o espaço do dominador.

Esses movimentos culminam com a formação de identidades que têm como foco principal o embate com o instituído, o que Castells (2010, p. 24-25) chamou de:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2010, p. 24-25).

Castells (2010, p. 25) afirma, ainda, que a identidade destinada à resistência promove formas de resistência coletiva em face da opressão, a qual, se assim não resistisse, não teria força suficiente para combater o opressor e seus valores estigmatizantes e convincentes.

Observa-se, então, que as diferenças biológicas entre o homem e a mulher não foram o fator crucial para a existência de uma cultura de submissão e de construção de uma identidade mansa, pacífica e subserviente das mulheres com relação aos homens. Visto serem elas fruto das interpretações e construções de um modelo cultural que se tornou dominante, impositivo, provocador e preconceituoso, conhecido como patriarcado. O patriarcado estabeleceu-se de diversas maneiras, das mais sutis às mais agressivas e, muitas delas, pelo processo da massificação cultural, tornando-se referenciais de vida e comportamento do “ser mulher”.

Infere-se que os selos fundantes dessa ideologia patriarcal firmaram-se na superioridade masculina, na submissão feminina, no controle da sexualidade feminina e na divisão sexual das tarefas entre os gêneros, formando-se uma cultura sexista e baseada em papéis excludentes (ROCHA, 2009, p. 18), definindo-se a identidade nas relações de gênero.

A RESISTÊNCIA: O INÍCIO DE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO

O processo de resistência das mulheres ao patriarcado tem como marco histórico as lutas por direitos a partir do século XVIII. Todavia, os ideais iluministas que afirmavam a igualdade entre os indivíduos, não tinham um alcance efetivo às mulheres, pois muitos teóricos do movimento iluminista divergiam acerca dos Direitos de Igualdade e da capacidade de autogestão das mulheres sobre suas vidas e seus destinos (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 266).

No início do século XIX, a mulher ainda mantinha a sua condição doméstica - versada no cuidado do lar e da família -, pois havia um forte apelo à exclusão das mulheres nos espaços públicos por meio da negação de direitos. Assim, a mulher seguia na sua condição de “rainha do lar”, mas submissa ao homem (SCOTT, 2012, p. 17).

Somente no final do século XIX, as mulheres iniciaram um processo de consolidação do seu papel social, tendo como símbolo a permissão para sindicalização, bem como a participação no campo de discussões político-partidárias. Nesse momento, há uma conquista efetiva, na medida em que se tornou aceitável a atuação da mulher no mercado de trabalho, não só por necessidade econômica, mas também por vontade própria e desejo de emancipação pessoal (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 284). É nesse misto de identidade submissa com força de trabalho que despontam, no século XIX, os primeiros focos de resistência das mulheres à opressão, tendo como pilares: os primeiros movimentos feministas e as lutas por direitos e melhores condições de trabalho e renda.

O movimento feminista não tinha uma homogeneidade em suas ideias e práticas. Contudo, as feministas eram unânimes em acabar com os estigmas da inferioridade “natural” das mulheres e tinham como meta, segundo Castells (2010, p. 211) “redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo”.

A essência do feminismo, como praticado e relatado, é a (re) definição da identidade da mulher: ora afirmando haver igualdade entre homens e mulheres, desligando do gênero diferenças biológicas e culturais; ora, contrariamente, afirmando a especificidade essencial da mulher, frequentemente declarando, também, a superioridade das práticas femininas como fontes de realização humana; ou ainda, declarando a necessidade de abandonar o mundo masculino e recriar a vida, assim como a sexualidade, na comunidade feminina. Em todos os casos, seja por meio da igualdade, da diferença ou da separação, o que é negado é a identidade da mulher conforme definida pelos homens e venerada na família patriarcal (CASTELLS, 2010, p. 211).

As reivindicações mais frequentes das feministas eram: fim das leis que colocavam as mulheres em situação de subordinação, pelo divórcio, emancipação financeira, direito de propriedade para as mulheres casadas, proteção contra a violência masculina, ampliação da participação política e por um acesso à educação mais amplo.

O movimento feminista foi um divisor de águas no processo de reconhecimento de uma identidade adormecida, por ter promovido, ampliado e divulgado os direitos das mulheres, dando substrato a uma nova mulher que viria a despontar no século XX, considerado o “século das mulheres”.

No entanto, as mudanças e conquistas alcançadas nos séculos XIX e XX não foram suficientes para afastar as mulheres do século XXI da dor do preconceito, da fragilidade natural e da incapacidade de serem autônomas, mesmo com muitas mulheres despontando em áreas que, antes, eram de domínio masculino.

No Brasil, seguindo a onda feminista dos EUA e do Velho Mundo, as mulheres iniciaram, no século XIX, a resistência contra a opressão e a luta por direitos. Nesse mesmo século, com o advento da República, as mulheres brasileiras começavam sua jornada em prol de sua emancipação. É neste contexto que a feminista Bertha Lutz e suas companheiras passam a defender e reivindicar participação das mulheres nas questões políticas, a ampliação do acesso à educação e por mais dignidade e proteção no trabalho, abrindo espaço para a criação de associações representativas das mulheres (SOIBET, 2012, p. 220).

Em 1960, as mulheres brasileiras engajaram-se nos movimentos políticos que se iniciavam no Brasil e que deram ensejo à repressão militar. Todavia, no centro desses movimentos, as mulheres eram tratadas com papel secundário, não na frente das decisões e do ativismo.

Por outro lado, a cultura machista do não lugar da mulher nos espaços de poder e de sua condição de inferioridade potencializou as ações militares nos porões da ditadura, como afirma Glenda Mezarobba, uma das coordenadoras do Grupo Ditadura e Gênero, o qual investiga o assunto na Comissão da Verdade. “Acreditamos que as mulheres sofreram violências específicas, sexuais, motivadas também por machismo, que buscavam destruir a feminilidade e a maternidade delas” e a primeira violência era em decorrência da libido, como disse a escritora Tatiana Merlino: “A mulher ficava nua diante dos olhos cobiçosos e jocosos daqueles homens” (SANCHES, 2013, s/p).

No final dos anos 1980, ocorre uma mudança teórica significativa nos estudos feministas no Brasil, sob a influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero. A partir dessas discussões, as acadêmicas feministas no Brasil começam a substituir a categoria “mulher” pela categoria “gênero” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 5).

Pelo dito, vislumbra-se que a luta das pioneiras contaminou as mulheres de todas as áreas, inclusive na arte, na música e na televisão e, após a abertura política, percebe-se um crescimento da participação feminina nos espaços públicos, associando-se e reivindicando seu lugar político, não só no âmbito de suas comunidades, mas nas questões político-partidárias. Essa nova posição da mulher é o embrião do surgimento das várias líderes comunitárias e das futuras representantes políticas no Brasil (PEDRO, 2012, p. 254 -255).

Nesse contexto histórico, nota-se que, nas últimas quatro décadas, as mulheres brasileiras alcançaram um espaço de destaque e empoderamento significativo. Todavia, as conquistas consolidadas não foram suficientes para arrefecer as lutas por uma igualdade de gênero, pois a sombra dos valores patriarcais ainda domina a memória e o comportamento das mulheres e dos homens brasileiros.

A conquista da cidadania plena é uma longa trajetória, ainda não completada pelas mulheres, pois muitos ranços da era patriarcal permanecem, e muitas mulheres, por se sentirem frágeis, continuam se submetendo às mais terríveis manipulações e violações de sua integridade física, mental e social. Como disse Bourdieu (2002, p. 52), não é tarefa fácil destituir o valor dominante, seja do ponto de vista da tomada de consciência, seja por meio de mudanças socialmente impostas, pois o encantamento é tão profundo que impregna todas as estruturas do ser dominado e das coisas, inclusive limitando as possibilidades de pensamento e de ação.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES

Essas transformações pelas quais passaram a sociedade, com a emergência de direitos de cidadania para as mulheres, lançaram novos olhares sobre o papel que o gênero feminino pode desempenhar tanto na vida privada quanto na esfera pública. Sen (2010, p. 246) destaca a importância desse protagonismo nas transformações sociais que potencializam a melhoria de vida de ambos os gêneros: “As mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens” (SEN, 2010, p. 246).

Esse protagonismo tem sido impulsionado pelo acesso das mulheres à instrução básica e ao conhecimento de seus direitos, os quais estão elucidando, para elas, um caminho de autonomia emocional, econômica e social, gerando transformações nas relações familiares, no olhar delas sobre si mesmas, pois “as vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente incluem as suas próprias” (SEN, 2010, p. 251) e mais:

Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família. Esses diversos aspectos da situação feminina [...] podem, à primeira vista, parecer demasiadamente variados e díspares. Mas o que todos eles têm em comum é sua contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder (SEN, 2010, p. 248-249).

Observa-se, assim, que as mulheres, quando se reconhecem como agentes e atuam com esse mister, promovem em seu entorno transformações que não só se restringem ao âmbito familiar, mas são capazes de “influenciar a natureza da discussão pública sobre diversos temas sociais”, incluindo os processos de desenvolvimento (SEN, 2010, p. 249).

Mais recente é o entendimento da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2012), conhecida como Rio+20, a qual, no documento intitulado “O futuro que queremos”, ressalta que o desenvolvimento sustentável deve ser um processo inclusivo e centrado nas pessoas, que beneficie e dê participação a todos, incluídos os jovens e as crianças. Reconhece também que a igualdade entre os gêneros e o empoderamento das mulheres são importantes para o desenvolvimento sustentável e nosso futuro comum. Os signatários afirmam ainda o compromisso de assegurar à mulher a igualdade de direitos, o acesso a oportunidades de participação e liderança na economia, na sociedade e na adoção de decisões políticas.

Dessa forma, para Lagarde (1996 *apud* LISBOA; LUSA, 2010, p. 873), a nova concepção de desenvolvimento, a qual surge como produto de “uma visão feminista com perspectiva de gênero, implica uma ruptura com todas as concepções anteriores de desenvolvimento”. Dito isto, os princípios que conformam a sustentabilidade buscam um novo relacionamento entre gêneros, no sentido de lhes dar equilíbrio nas relações e, portanto, um direcionamento rumo ao desaparecimento dos mecanismos de controle e opressão do masculino sobre o feminino, os quais se manifestam também na sua relação com o próprio Estado.

Partindo desse pressuposto, o paradigma do “desenvolvimento humano”, apoiado em seus princípios de sustentabilidade, equidade, produtividade e empoderamento, teria como objetivo atender às necessidades básicas das pessoas e, para tanto, requer uma cobrança do Estado em relação às políticas públicas que venham ao encontro das carências e privações das mulheres que, na maioria das situações, são responsáveis pelo sustento das unidades domésticas (LAGARDE, 1996 *apud* LISBOA; LUSA, 2010, p. 873).

Os princípios que conformam a sustentabilidade buscam um novo relacionamento entre gêneros, no sentido de dar-lhes equilíbrio nas relações e, portanto, um direcionamento rumo ao desaparecimento dos mecanismos de controle e opressão do masculino sobre o feminino, os quais se manifestam também na sua relação com o próprio Estado. Entretanto, a despeito de todas essas mudanças, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de garantir equidade posto que, embora as mulheres tenham ganhado lugar na esfera pública, tem-se mantido um espaço privado que ainda não foi ocupado pelos homens: o espaço da criação

de filhos e afazeres domésticos, os quais, quando desempenhados pela mulher (esposa), não são reconhecidos como trabalho, portanto, não são passíveis de remuneração, ademais, são considerados obrigações.

Di Ciommo (2007), em estudo realizado na Reserva Extrativista de Corumbau, situada no extremo sul da Bahia, aponta para essa questão quando percebe relações inequitativas de gênero em comunidades de pescadores daquela unidade de conservação, manifestas na distribuição desigual das tarefas familiares, nas quais as mulheres desempenham atividades consideradas de importância secundária, bem como não têm o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento das atividades. As mulheres não possuem controle sobre a horta e seus produtos nem sobre decisões quanto ao que plantar e o que fazer com os recursos. Seu acesso e controle é ainda menor no que se refere a ferramentas, equipamentos e utensílios como redes de pesca e motores de barcos, equipamentos de segurança, como boias e salva-vidas, e é inexistente quanto à posse de barcos (DI CIOMMO, 2007).

O estudo de Di Ciommo aponta também para o fato de que a presença feminina em momentos de participação política, como reuniões da RESEX ou das Associações, tem sido abafada pelo aspecto restritivo do espaço masculino, pelos afazeres domésticos, como cuidar dos filhos, assim como a pouca habilidade para compreender a linguagem própria das atividades administrativas (DI CIOMMO, 2007). Aponta para a defesa da análise de gênero como variável essencial na efetivação bem-sucedida das políticas de conservação e desenvolvimento, para a garantia da equidade de participação das mulheres e a superação de sua subordinação. Para tanto, há a necessidade de se atentar para reivindicações constantes nos desejos das mulheres, sujeitos de sua pesquisa.

Moncal (2012, p. 10) destaca que esse papel reservado às mulheres na família e na sociedade é um dos principais obstáculos para a participação feminina nas lutas políticas. Para ela, a divisão sexual do trabalho determina uma diferença que diz respeito à liberdade que se tem na estrutura social e familiar, ou seja, a mulher tem que ocupar o seu espaço e se reconhecer como sujeito autônomo e participativo.

Está claro que, nessa nova configuração familiar, existem ganhos evidentes para as mulheres, mas existem perdas significativas nos tratos familiares, principalmente para os filhos, os quais não são mais a prioridade materna. Em virtude dessas circunstâncias, há quem defenda o retorno da mulher ao lar, situação que tem ocorrido de forma sorrateira e silenciosa. Por outro lado, há quem condene essa atitude, alegando que o ideal seria a “reconstrução da família em condições de igualdade e a responsabilidade das instituições públicas, assegurando apoio material e psicológico para as crianças” (CASTELLS, 2010, p. 271).

Em decorrência dessas nuances culturais e identitárias, Amartya Sen (2010, p. 250) propõe ajustes cooperativos entre o homem e a mulher para que ambos tenham ganhos positivos no acordo firmado e as relações não caiam no limbo do padrão vigente. Padrão esse que tende a impor, nos afazeres domésticos, privações maiores à mulher.

As mulheres brasileiras também seguiram na carruagem histórica por emancipação e reconhecimento, conquistando o mercado de trabalho, ocupando assentos em instituições

públicas e privadas e tornando-se mandatárias nas esferas de poder. Verifica-se ainda a formação de coletivos de mulheres, vinculados a cadeias produtivas ou por motivação identitária, em prol dos seus direitos e com o fim de participar e opinar pela realização de políticas públicas setoriais e genéricas.

MULHERES MARISQUEIRAS E PESCADORAS: DA INVISIBILIDADE AO DESPERTAR

Em algumas cadeias produtivas o valor dominante é tão mais intenso por reforçar a ideia de que o trabalho desempenhado pela mulher é uma extensão da atividade doméstica, tonificando o grau de desinteresse e exclusão do fazer produtivo feminino, o qual se resume a uma simples atividade não considerada digna de remuneração e proteção. Nesse contexto de esquecimento e abandono, encontram-se as mulheres que desempenham atividades pesqueiras, denominadas de marisqueiras e/ou pescadoras.

A atividade pesqueira sempre foi apontada e caracterizada como uma função masculina, mesmo que, desde sempre, as mulheres participassem do processo produtivo. Tanto é verdade que existe um baixo índice de dados estatísticos que versem sobre o trabalho de mulheres pescadoras e marisqueiras (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2013, p. 714-715).

Em virtude desse histórico, a atividade pesqueira feminina passa a ter um sentido, cultural, de atividade secundária, por ser considerada um simples braço da subsistência familiar, principalmente porque “o trabalho das mulheres pescadoras é realizado junto ao grupo familiar nos estuários, mangues e praias e não em ‘alto mar’, visto como espaço dos homens” (MELO; LIMA; STADTLER, 2013, s/p). No Brasil, segundo dados do IBAMA, cerca de 60% de toda a pesca extrativista vem da pesca artesanal e, nesse percentual, mais de 25% dessa pesca é desempenhada por mulheres (MELO; LIMA; STADTLER, 2013, p. 1-2).

Essa similitude entre atividade pesqueira feminina e trabalho doméstico foi responsável pela não identificação profissional das mulheres pescadoras e marisqueiras, as quais eram impedidas de participar dos espaços públicos de discussão em suas comunidades, não tinham acesso a benefícios previdenciários, a saúde, a educação e informação dos direitos; trabalhavam de forma precária e insalubre e, quando reconhecidas como mulheres da pesca, não eram tratadas em suas especificidades, impactando nos resultados produtivos e no grau de participação das mulheres nos espaços de poder, pois não lhes sobrava tempo para ir além do espaço doméstico. Sem deixar de falar das diversas violências sofridas nas relações com seus companheiros e esposos.

Nota-se que uma identidade se constituiu projetando a mulher da pesca a não ser pescadora, deixando-a à mercê dos direitos, das proteções, dos benefícios e dos acessos relacionados à atividade pesqueira e, como disse Melo, Lima e Stadler (2013, s/p): “O significado do que é ser pescadora é permeado pelo significado dos sentidos do trabalho produtivo. Quem pesca? E o local onde pesca?” e a mulher pesca em locais tidos como extensão do quintal ou terreiro de sua casa. Essa ideia está tão imbricada no mundo da pesca que muitas mulheres pescadoras não conseguem diferenciar as atividades produtivas das tarefas domésticas, como

se ambas pertencessem a um único núcleo, situação que dificulta, inclusive, a consciência de que são detentoras de direitos e remuneração. Como disse Ana Bárbara: “muitas marisqueiras viviam às escondidas, achando que o lugar delas era só atrás do fogão, só era embalar criança, cuidar da pesca, cuidar das suas atividades domésticas, viviam somente pra seus lares, pra dentro de casa”.

Verifica-se que essas mulheres excluídas, esquecidas, abandonadas e maltratadas, padeceram por muito tempo com a dor da invisibilidade, mas muitas delas se reconheciam como pescadoras e desejaram sair dessa escuridão que as colocava em uma posição de desigualdade frente aos homens pescadores – “As marisqueiras e pescadoras viviam nas comunidades só trabalhando, que não tinham outro recurso, não podiam sair das comunidades por falta de condições” (Maria da Glória). Elas perceberam que poderiam ser muito mais do que simples catadoras de mariscos, sem direitos e sem dignidade.

Essa tomada de consciência se faz tão importante, porque, além da busca de uma nova forma de vida ou uma nova orientação sobre “si mesmas”, essas mulheres intensificam o seu papel de construtoras e mantenedoras da cultura pesqueira. E, em se tratando da pesca artesanal, elas são fundamentais na preservação dos manejos tradicionais relacionados à pesca e à extração dos mariscos, os quais são importantíssimos para preservação ambiental e para o uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Essa ligação e o cuidado das mulheres pescadoras com o ambiente em que trabalham e vivem tornou-se notório, em algumas regiões do país, pela luta para definir como Reserva Extrativista (RESEX) determinadas faixas litorâneas que compreendiam não só o espaço dos rios, mar e mangues, como também o continente, onde a maior parte dos pescadores e pescadoras reside com suas famílias. Toda essa luta nasce da necessidade de proteção das áreas referidas, em virtude da crescente exploração imobiliária e do uso predatório dos recursos naturais, com o fim de garantir a vida e a sobrevivência no ambiente pesqueiro, como demonstram as falas de uma marisqueira da RESEX de Canavieiras – BA.

Isso aí oh ante, desde quando eu comecei a pescar, desde os doze anos, então a gente mermo sem começar esses movimento, toda uma vida a gente preversou, toda uma vida a gente cuidou, a gente não cortava os manguezais, a gente não jogava lixo no rio e depois da rede para cá, com essa RESEX, nós procuramos cada dia mais melhorar o meio ambiente, isso lá a gente preversa, a gente sempre preversou (Marlene).

É nesse universo de não identificação do ser pescadora e, portanto, enclausuradas em uma condição de privação, que essas mulheres, por se reconhecerem como tal, despontam para uma nova realidade, na qual possam ter voz ativa nas reuniões comunitárias e nas associações, bem como sejam beneficiadas e tenham acesso aos direitos relacionados à sua categoria produtiva, melhorando as suas condições de trabalho e o bem-estar de suas famílias. Pois, para essas mulheres, é um prazer viver da mariscagem, viver no ambiente pesqueiro e poder ser agente multiplicador das suas vivências e saberes tradicionais.

As primeiras mobilizações de mulheres da pesca, no Brasil, remontam aos idos de 1970, com o intuito de identificar a condição de trabalho da “marisqueira”. Porém, somente no ano de

2004 foi que essas mulheres conseguiram, efetivamente, um espaço para debater sobre as suas realidades, quando se reuniram na I Conferência Nacional de Pesca. Nesse encontro, perceberam que o problema de uma era a dificuldade de todas e, por esta razão, decidiram impor que suas demandas fossem inseridas no documento oficial da conferência, como resultado dos debates do movimento de mulheres. Entretanto, somente na 2ª Conferência da Pesca, realizada em 2006, alcançaram esse intento (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2013, p. 727).

Com esse despertar, no ano de 2006, as mulheres pescadoras e marisqueiras reuniram-se em um encontro só de mulheres e fundaram a Articulação Nacional das Pescadoras, trazendo à emersão os problemas que afligiam as mulheres pescadoras e marisqueiras de todo o país. Nesse encontro, iniciaram os trabalhos para articular propostas de mudanças legislativas, bem como a promoção de políticas públicas que atendessem às necessidades específicas do grupo, por ser notória, até então, a ausência de políticas governamentais com observância das especificidades da produção pesqueira feminina (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2013, p. 728).

As principais pautas de reivindicação tinham como diretrizes: o fortalecimento da identidade da mulher pescadora, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, a questão da saúde da mulher pescadora e de suas doenças ocupacionais, seguro social no defeso, a questão da preservação ambiental e maiores investimentos no setor da pesca feminina, dando ênfase à necessidade de reconhecimento como atividade profissional a função desempenhada pelas mulheres pescadoras (RODRIGUES, 2010, s/p).

Pode-se afirmar que a mobilização dessas mulheres repercutiu na formulação da nova Lei de Pesca – Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 – “a qual incorporou uma nova concepção de pesca e abriu portas para o reconhecimento pleno das mulheres como agentes produtivos”. Nessa nova orientação, a lei incluiu como atividades pesqueiras as ações que, tradicionalmente, são desempenhadas pelas mulheres como a extração de recursos pesqueiros (art. 2º) e “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca” (art. 4º parágrafo único)”. Outro avanço trazido pela lei da pesca foi definir que pescador é toda “pessoa física”, sem qualquer definição de gênero.

No entanto, essa construção legislativa está longe de produzir uma verdadeira equidade de gênero, pois, enquanto a atividade pesqueira desempenhada por mulheres não for tratada dentro de suas especificidades, estas continuarão no limbo da cadeia produtiva e sem quaisquer garantias de melhoria e beneficiamentos.

Conclui-se que, a existência da Articulação Nacional de Pescadoras foi um divisor de águas na vida das mulheres pescadoras e marisqueiras no Brasil. Primeiro, por tornar evidente que essas mulheres fazem parte de uma categoria produtiva, não sendo apenas mulheres cuidadoras ou donas de casa. Segundo, porque propiciou a inserção dessas mulheres nos espaços públicos e de poder, direcionando aos interesses para a atividade da pesca feminina e, terceiro, por servir de vetor e exemplo para a formação de organizações de mulheres em todo o território brasileiro.

Figura 4 - Pesca no mangue da comunidade de Barra Velha.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 5 - Marisqueira manipulando ostra.



Fonte: Acervo do autor.

A REDE DE MULHERES DE COMUNIDADES EXTRATIVISTAS E PESQUEIRAS DO SUL DA BAHIA

A força da Rede é de querer a mudança, é por causa do coletivo. Se não fosse pelo coletivo, nada estaria acontecendo. Se fosse um, dois, nada estaria acontecendo (Pedrina).

Acompanhando a onda de engajamento sociopolítico das mulheres pescadoras e marisqueiras iniciada pela fundação da Articulação de Mulheres Pescadoras, foi constituído, no ano de

2009, a Rede de Mulheres marisqueiras e pescadoras de comunidades extrativistas do sul da Bahia. A Rede nasceu com o intuito de dar visibilidade às demandas e às necessidades das marisqueiras e pescadoras, bem como valorizar a atividade extrativista e pesqueira desempenhada por mulheres residentes nas comunidades da Reserva Extrativista de Canavieiras e seu entorno. Em verdade, sua gênese confunde-se com as lutas para implantação e consolidação da Unidade de Conservação.

A ideia de constituição da Rede surgiu de uma consultora da AMEX¹, - Jaqueline Sicupira Rodrigues -, que, ao vivenciar a realidade da comunidade, aconselhou as mulheres a implantar a Rede com o fim de capacitá-las para compreenderem a causa das mulheres marisqueiras e pescadoras e, com isso, garantir para esse segmento as políticas públicas da categoria e as relativas à equidade de gênero.

A Rede conta com a participação das pescadoras e marisqueiras de seis municípios: Santa Cruz de Cabrália, Belmonte, Ilhéus, Itacaré, Una e Canavieiras, todos situados na região sul da Bahia, e, desde sua formação, tem o apoio da ONU Mulheres (UNIFEM), além de outros parceiros locais.

A Rede iniciou formalmente suas atividades com a aprovação do seu primeiro projeto, financiado pela ONU Mulheres, o qual tinha como premissa a identificação das lideranças de cada comunidade e a capacitação delas para o desempenho de suas funções com base nos objetivos desejados. Nesse primeiro olhar, percebeu-se claramente a capacidade de articulação das lideranças locais, formadas por jovens ou experientes mulheres, algumas até sem escolaridade, mas com uma inserção social significativa.

O primeiro passo para implantação da Rede foi visitar as mulheres das prováveis comunidades que fariam parte da organização, objetivando diagnosticar o local visitado, apresentar o projeto e identificar as mulheres líderes para futuras ações.

De acordo com o relatório encaminhado pela Rede à ONU Mulheres/UNIFEM, “as visitas foram desafiadoras e exigiu atenção especial”, porque muitas dessas mulheres estavam desacreditadas e não possuíam motivação alguma para participar de um coletivo de mulheres. Para a marisqueira Ana Bárbara, a ausência de motivação era decorrente da falta de incentivo, por falta de conhecimento e porque elas não tinham voz nas reuniões de suas colônias. Para a marisqueira Edna, elas “estavam muito desacreditadas, porque existiam outros projetos que não deram certo e que as meninas acabaram se afastando”.

Nesses encontros, foi constatado que, em sua grande maioria, as marisqueiras e pescadoras desconheciam os direitos assegurados a essa classe; muitas se queixaram de doenças ocupacionais como: reumatismo, LER (Lesão por Esforço Repetitivo), problemas respiratórios e outras; que faltavam condições de higiene para processarem o pescado; que necessitavam de apoio financeiro; que existia uma grave devastação ambiental nos locais de extração e pesca; que a grande maioria das mulheres tinham outras alternativas de renda, atividade secundária, quando o pescado não poderia ser capturado. E alertaram, ainda, para o difícil acesso às comunidades e para a falta de meios rápidos de comunicação (ONU-MULHERES).

Mesmo com todas as dificuldades de deslocamento, devido ao grau de inacessibilidade de algumas comunidades, todas foram visitadas pelas lideranças da então Rede em formação. Após essa ação, foi realizado, no mês junho de 2010, o Encontro Regional de Pescadoras e Marisqueiras do Sul da Bahia, com a participação de representantes do governo e de outras instituições.

Nesse evento, as marisqueiras e pescadoras expuseram a necessidade de valorização do trabalho extrativista e de pesca, desempenhado por mulheres, para que elas pudessem ter acesso a todos os direitos e benefícios decorrentes dessa atividade produtiva. Para tanto, definiram como objetivos principais da Rede: a garantia dos direitos sociais básicos, tais como os benefícios previdenciários, licença maternidade, seguro pelo defeso e demais direitos relacionados à condição de ser mulher pescadora e marisqueira. Ressaltaram-se, ainda, a necessidade de promover ações voltadas à geração de renda, ao bem-estar pessoal e à valorização da autoestima feminina (ONU-MULHERES).

Posteriormente, com o fim de concretizar os objetivos emergidos no primeiro encontro em 2011, foi aprovada a continuação do projeto. Nessa versão, o principal objetivo era capacitar e fortalecer a Rede de Mulheres e suas lideranças. A culminância dessa fase deu-se com a realização do II Encontro da Rede de Mulheres, em março de 2012, no qual foi registrada a presença de quase 400 mulheres pescadoras e marisqueiras.

Fica evidente que o surgimento da rede de mulheres emerge uma nova configuração social de gênero, trazendo à tona a existência de mulheres extrativistas e pescadoras como protagonistas do processo produtivo. Nota-se um despertar delas para sua condição de “ser mulher”, livre dos estigmas e estereótipos socialmente impostos, visto que conseguiram reunir cerca de 400 mulheres em um encontro para debater e construir uma nova realidade para mulheres de comunidades extrativistas e pesqueiras. Nesse encontro, tornou-se visível a força e a coesão da Rede na luta por melhor qualidade de vida e trabalho para as mulheres participantes.

Em todo esse caminho, a Rede de Mulheres, além de fortalecer-se internamente, avançou no sentido de agregar parceiros externos, os quais têm colaborado com aporte técnico para atendimento a demandas surgidas das próprias comunidades, tais como a Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia - SPM, o Centro Público de Economia Solidária - CESOL, além de sensibilizar algumas prefeituras locais para apoiar as suas ações.

Figura 6 - Encontro da Rede na Comunidade de Atalaia 2013.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 7 - Camisa da Rede de Mulheres.



Fonte: Acervo do autor.

A existência da Rede criou espaços de manifestação do exercício da cidadania, trazendo soluções para mudanças na qualidade de vida das pescadoras e de suas comunidades, interferindo de maneira integral e positiva, na valorização das mulheres pescadoras, dando-lhes visibilidade no meio em que vivem e suscitando a necessidade de estarem unidas para enfrentamento das problemáticas advindas da profissão (ONU-MULHERES), contribuindo para o aumento da autoestima, emancipação, participação política e capacidade de articulação tanto interna quanto externa das mulheres marisqueiras e pescadoras.

NOVAS PERSPECTIVAS E NOVOS DESAFIOS PARA A REDE DE MULHERES

Esse traçado que vem se delineando com as mulheres marisqueiras e pescadoras das comunidades do sul da Bahia, demonstra um novo olhar dessas mulheres sobre a sua condição feminina, enquanto pertencentes a um determinado território que sempre esteve sobre o domínio dos homens pescadores. Esse processo condiciona novos arranjos culturais no sentido de trazer ao mundo a existência e a força produtiva delas, estabelecendo novos padrões socioeconômicos.

Primeiramente, observou-se que todas as mulheres participam da cadeia produtiva de extração do marisco ou da pesca e que todas adquiriram o ofício pelo aprendizado familiar, demonstrando um forte apelo ancestral nas referidas atividades.

As lideranças participantes apontaram o desejo de realizar outra atividade produtiva, como suprimento à época do defeso, por não possuírem os benefícios do período. Principalmente, por serem muitas delas chefes de suas famílias e necessitarem de outra fonte de renda.

No decorrer da oficina foi levantada a hipótese da descrença e desconfiança de algumas marisqueiras/pescadoras sobre a Rede, como se fosse, ainda, uma de suas fraquezas. Porém, levando-se em consideração que a Rede conseguiu unir num encontro 400 mulheres das comunidades extrativistas e pesqueiras, reconfigurou-se a ideia de quesitos como força, coesão, união, solidariedade, carisma, respeito, amor e força de vontade como base e condicionantes para a solidez da Rede.

Na ação participativa, foi dito também que, apesar de todas essas condicionantes serem sentidas e apropriadas pelas mulheres, elas teriam um grande desafio que era o sustento financeiro da Rede, pois esta não se configura numa estrutura associativa institucionalizada, não possuindo renda própria, necessitando de subsídios externos. No entanto, mesmo que dependesse de um esforço conjunto das mulheres para garantirem a parte financeira da Rede, elas encontravam-se em uma situação favorável, visto que muitos olhares estão voltados a empreendimentos sociais, ainda mais por ser o delas ligado à perspectiva ambiental, possibilitando a captação de bons parceiros, sejam regionais ou nacionais.

Todavia, pontos críticos e ameaças foram levantados na pesquisa, apontando vulnerabilidades nos quesitos econômico, político, cultural e espacial. Dentre eles, pode-se apontar a dificuldade de comunicação entre as diversas comunidades, por não estarem próximas à sede da Rede, na cidade de Canavieiras, bem como muitos acessos dependem da vontade da natureza, por estarem as comunidades inseridas na área que compreende o mangue.

Outro ponto abordado, de fácil compreensão, é a ação dos atores locais com o despontar da Rede e sua engrenagem como um grande laço social que está se formando, tornando-a alvo para tentativas de cooptações políticas, o que requer das lideranças uma vigilância para não perderem a autonomia, a qual, segundo elas, é um dos pontos cruciais à existência da Rede.

Na mão e contramão da formação desse forte aglomerado social, as mulheres apontaram que a maior de todas as dificuldades a serem enfrentadas está no machismo que ainda circunda as relações dentro das comunidades, pois muitos homens entendem que as mulheres são um

apêndice do masculino na atividade pesqueira e extrativista, porque eles não reconhecem a independência produtiva delas.

Quando perguntadas sobre os desejos futuros para a Rede e suas vidas, uma coisa que chamou a atenção dos pesquisadores foi que, em todos os depoimentos, elas vislumbraram interesses para o coletivo, como que, mesmo inconscientemente, elas sentissem que se houver uma melhoria ou um benefício para o todo, elas, em suas condições individuais, também serão beneficiadas.

No entanto, o grande desafio da Rede é absorver novas parcerias para garantir apoio financeiro, com o fim de expandi-la, ter mais condições de realizar suas metas e, inclusive, poder criar mecanismos de divulgação dos seus feitos, pois a escassez de recursos dificulta a expansão e as ações da Rede, inclusive, na articulação das mulheres para participar dos seus encontros.

Pensando na manutenção da Rede, foi ventilada pelas mulheres a necessidade de dar maior visibilidade a ela e a suas ações, bem como manter um cronograma de reuniões para garantir a fidelização e a integração das marisqueiras, demonstrando, inclusive, a vontade de construir um plano de intervenção que viabilizasse a manutenção da rede, garantindo para o futuro a sua autonomia institucional e financeira.

Todas foram unânimes em dizer que a Rede promoveu significativas mudanças em suas vidas, propiciando um novo olhar para a condição de “ser mulher”.

Eu estou muito feliz com a Rede e tenho vontade de espalhar para todo mundo. Eu estava anestesiada no tempo e, depois da Rede, eu tomei uma injeção de ânimo e o que eu puder fazer pela Rede nas comunidades, eu vou fazer. Hoje meu casamento é com a Rede. Minha luta é com a Rede (Elialda).

Consegui muito aprendizado, muita amizade, autoestima. Eu não conhecia nada da área da pesca, dos direitos e, com a Rede, eu aprendi muita coisa (Edna).

Eu mermo fiquei mais disposição, tive mais conscientemente. Eu me sinto radiante, alegre, eu me sinto bem. Eu era uma mulher muito revoltada, muito sofrida e, hoje em dia, eu posso dizer que estou me transformando em criança (Marlene). A gente ficou conhecida, eu fiquei mais corajosa (Iraildes).

Eu hoje, eu olho pra trás, eu não vejo aquela Aninha caipira, eu não me vejo aquela menininha mais da roça, não, eu to assim mais alegre. Eu amadureci de tal ponto, que qualquer dificuldade que eu tiver, tanto no lado pessoal, eu sei correr atrás e se eu tiver que viajar de entrar em qualquer lugar, eu sei entrar, sei sair, sei procurar informação e eu agradeço tudo isso ao movimento, à Rede e depois à AMEX (Ana Bárbara).

Eu me sinto importante em qualquer lugar. Eu tenho coragem de falar, de pedir o que quero. Se antes da reserva eu já era... e, agora depois da Rede, eu sou uma dama (Maria da Glória).

Eu me vejo feliz, porque eu aprendi muitas coisas, graças a Deus, tive o conhecimento.

Oia... até na UESC já fui umas duas, três vezes já, tô me achando importante (Maria da Conceição)

Sem sombra de dúvida, a Rede de Mulheres surge gerando impactos nas estruturas sociais das comunidades a que está vinculada, principalmente, porque as suas intervenções têm propiciado mudanças circunstanciais na vida das mulheres que a compõem. É notório que todo processo de mudança ou de transição gere resistência ou se depare com dificuldades para se estabelecer, assim foi e tem sido a história de nascimento e manutenção da Rede.

Figura 8 - Encontro da Rede na Comunidade de Atalaia – 2013.



Fonte: Acervo do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um longo período da história, as mulheres foram criadas para o silêncio, não tinham poder sobre si mesmas e não podiam opinar ou participar nos assuntos públicos. Nasceram para servir aos seus homens e cuidar dos seus lares. Essa condicionante era tão real e evidente que, para todos, uma outra razão na vida das mulheres não poderia existir ou ser.

Nota-se que esta concepção não passa de uma construção histórica permeada pelas forças de poder dominante na sociedade, porque, remotamente, a mulher já viveu o seu apogeu, quando era considerada a figura sagrada, detentora suprema da procriação, mas que deixou de ser no momento em que o homem descobre ser participe na perpetuação da espécie e quando a vida passou a ser gerida pelo viés econômico e da propriedade privada.

As diferenças biológicas entre os gêneros nunca foram os motivos determinantes da dominação masculina, ela se construiu por meio dos valores culturais que foram moldando a conduta e as crenças dos homens nos seus grupos sociais, estabelecendo os campos de

comando e os de sujeição. Esses valores nascem do indivíduo e vão se moldando nos espaços de convivência, estabelecendo padrões e firmando certezas, as quais dão a tônica do comportamento social. No momento em que um modo de ser torna-se imperativo, aqueles que não se moldarem ao modelo estabelecido serão segregados, maltratados e banidos da sociedade. E quando conseguem sobreviver, sofrerão o massacre dos estigmas e da discriminação.

Todavia, essa realidade não se perdura por muito tempo e é nesse contexto de resignação e resistência que as mulheres vêm empreendendo esforços para mudar uma realidade de cegueira, permissibilidade, medo e opressão.

Hoje, a mulher tem provado que é capaz de desempenhar as suas funções maternas em conjunto com outras funções que antes eram consideradas exclusivas da natureza masculina. Isto fortalece os vínculos entre os gêneros, pois o objetivo não é promover um empoderamento feminino, criando mais um modelo de supremacia de gênero, mas o que se deseja é que ambos os sexos possam interagir e se completarem nessa árdua jornada de convivência e trocas.

Contudo, não é só pela inserção no mercado de trabalho que a mulher se emancipa. Para tanto, deve-se desconstruir padrões históricos que mantiveram a mulher submissa e alijada de reconhecer-se como sujeito de direitos e capaz de interferir politicamente na sociedade. À medida que as mulheres ocuparem os espaços como verdadeiras agentes de transformação, possivelmente haverá um ganho social, pois a capacidade que elas possuem de fazer parcerias, serem cooperativas e priorizar relacionamentos será um somatório importantíssimo à assertividade e objetividade masculina.

O presente trabalho demonstrou a existência de espaços mútuos de convivência nos quais o homem e a mulher desempenham as mesmas funções, desconstruindo a ideia de uma divisão de funções por gênero, o que ao longo da história, caracterizou as relações em diversas sociedades. Essa mudança ratifica a concepção de que um padrão cultural não é perpétuo, muito menos preponderante, o que promove mudanças no juízo de valor que vem a dar significado e simbologia à visão que cada ser tem sobre si e sobre a realidade em que vive, ou seja, a identidade é um valor que se reconstrói constantemente.

Por fim, esse processo de mutação sociocultural em que vive o ser humano influencia todo o momento de construção da identidade cultural de um determinado grupo de mulheres, as quais se uniram formando uma Rede, especificamente a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas e Pescadoras do Sul da Bahia e, a partir desse elo, estão delineando um novo olhar sobre a condição de ser mulher, bem como estabelecendo uma nova história para a comunidade em que vivem.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: maio 2014. Aceito para publicação em: dez. 2014.
- 2 Uma Unidade de Conservação destinada à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações nativas e extrativistas. Tem como propósito

garantir a terra às famílias nativas e extrativistas, conservar os recursos naturais por meio de sua exploração sustentável, organizar, capacitar ou fortalecer o processo de organização dos moradores para a cogestão com o IBAMA dos espaços e recursos naturais, e implementar alternativas de renda que propiciem a melhoria da qualidade de vida das famílias que habitam na área (ROSÁRIO, 2010, p. 1). Atualmente esses espaços protegidos encontram-se, no nível federal, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

3 AMEX – Associação mãe da RESEX de Canavieiras.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. Os donos e as donas da cozinha, In: FREITAS, Maria Ester; DANTAS, Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 149-168.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO + 20). **O futuro que queremos**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2014.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Pescadoras e pescadores**: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2007000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 nov. 2014.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; ALCADIPANI, Rafael. (Re)descobrimo as masculinidades. In: FREITAS, Maria Ester; DANTAS, Marcelo. **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 51-78.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Global, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LINS, Regina Navarro. **A monogamia já era**. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI274984-17735,00-A+MONOGAMIA+JA+ERA+PSICANALISTA+E+ESCRITORA+REGINA+NAVARRO+LINS+PREVE+QUE+N.html>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 871-887, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2013.

MANESCHY, Maria Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Pescadoras:** subordinação de gênero e empoderamento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/07.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MELO, Maria de Fátima Massena de; LIMA, Daisyvângela E. da S; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **E pescadora pesca?** Reprodução da hierarquia dos gêneros entre pescadoras artesanais. Disponível em: <<http://www.itaporanga.net/genero/gt5/15.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

MONCAL, Gabriela. Hora de repensar o paradigma. **Revista Caros Amigos, A Era da Mulher: Conquistas e Desafios**, São Paulo: ano XV, Casa Amarela, 2012, p. 10.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “Segunda Onda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 238-259.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes:** a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

RODRIGUES, Martilene. **Situação das mulheres pescadoras no Brasil**. Disponível em: <<http://wp2.oktiva.com.br/portaldomarbd/files/2010/08/pescadoras-do-Brasil.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2013.

ROSÁRIO, Jeruza Jesus do. **Marisqueiras e pescadoras:** cultura e educação rumo à sustentabilidade. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br /9/resources/anais/1278464461_ARQUIVO_Jeruza.pdf>. Acesso em: 14 out. 2013.

SANCHES, Mariana. **Os testemunhos das mulheres que ousaram combater a Ditadura**. Disponível em: <<http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2013/09/os-testemunho-das-mulheres-que-ousaram-combater-ditadura -militar.html>>. Acesso em: 4 out. 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell Santos; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista RE-sexualização AMÉRICA LATINA: Gênero em América Latina**, Facultad de Humanidades y Sally Lester Entin. Escuela de Historia Instituto de Historia y Cultura da América Latina, ESTUDIOS INTERDISCIPLINARIOS DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (EIAL), v. 16, p. 1-16, 2005.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOIBET, Rachel. A conquista do espaço feminino. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO,

Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 218-237.

VÁZQUEZ, Amparo Novo. El camino hacia el empoderamiento político de las mujeres. **Estudios Feministas**, Florianópolis, p. 681-702, set./dez. 2010, p. 681-702.

**Valéria
Marques
Tavares de
Menezes
Ettinger**

Graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Processo Civil pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS/UFBA. Assessora (cargo privativo de bacharel em Direito) no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Membro do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher - SER Mulher (UESC), Colaboradora do Portal REDIREITO - Revisando Direitos: Justiça em Gênero, Relações Étnico-Raciais, Geracionais e Sustentabilidade.

**Guilhardes
Jesus Júnior**

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UESC. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC). Coordena os projetos de Extensão Universitária: Vivências Interdisciplinares em Direitos Socioambientais e Núcleo Rondon UESC.

**Aline Maron
Setenta**

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Doutoranda em Territorialidade e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Salvador. Procuradora Ambiental da Prefeitura Municipal de Itabuna. Membro do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher - SER Mulher (UESC). Pesquisadora Convidada do Grupo Revisando Direitos do Curso de Direito da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Advogada Ambiental atuando junto ao Terceiro Setor.

**Aniran Lins
Cavalcante**

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UESC. Coordenadora do Projeto Fortalecimento da Rede de Mulheres do Território Litoral Sul da Bahia, financiado pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado da Bahia - SPM/BA. Integrante do Grupo Nacional de Assessoras ONU Mulheres no Brasil. Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP/UESC).